

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII – CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ALINE DA SILVA MORAES

CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA: análise do livro didático de História nos
anos finais do ensino fundamental II

Codó – MA

2017

ALINE DA SILVA MORAES

CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA: análise do livro didático de História nos anos finais do ensino fundamental II

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas – História da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó – MA – como requisito parcial para obtenção de Graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – História.

Orientadora: Prof^ª Me. Edyene Moraes.

Codó - MA

2017

ALINE DA SILVA MORAES

CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA: análise do livro didático de História nos anos finais do ensino fundamental II

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas – História da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó – MA – como requisito parcial para obtenção de Graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – História.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Edyene Moraes dos Santos

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Franciele Monique Scopect dos Santos

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Waldilio da Silva souza

Universidade Federal do Maranhão

A Deus, este que é fonte de amor e esperança.
Aos meus pais, Divina e Pedro, que de onde estiverem
no céu, estão olhando por mim.
E ao meu anjo, que sempre me ajudou a seguir em
frente, Itanielson Coqueiro, obrigada pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado forças para continuar e vencer mais um desafio em minha vida, a minha querida orientadora e amiga Edyene Moraes, que apostou em mim e me ajudou a realizar esse trabalho. A minha amiga professora Gabriela Melo, que esteve comigo dando-me forças muitas vezes enquanto permaneceu em Codó. Ao meu anjo Itanielson Coqueiro, este que me ajudou a alcançar vários objetivos na minha vida entre eles concluir este trabalho, não tenho palavras para agradecer por tudo que tens feito por mim. A minha querida professora e amiga Cristiane Dias, por ela ser uma das primeiras a acreditar no meu potencial e me dar oportunidade de mostrar do que eu sou capaz. As minhas amigas de turma, Iara Bastos, Ilmara Bastos, Maria Martins, Eliene Cruz e Charliane do Vale, os melhores momentos dentro da UFMA passamos juntas e agradeço por isso. Ao meu amigo Fabio Montelo que ajudou-me na consolidação deste trabalho, meu best Eurisvaldo Nunes, este que me acompanha e me atura a muito tempo, você é um irmão para mim. E por fim ao meu namorado e amigo, Firmino Vidal. Que o Senhor abençoe nossa história que sejamos sempre unidos e cúmplices.

RESUMO

Cultura Africana e Afrobrasileira: análise do livro didático de História nos anos finais (8º e 9º ano) do ensino fundamental II. Investiga como está inserida a História dos negros africanos e escravizados no Brasil no livro didático de História na coleção: “História e Sociedade” do autor Alfredo Boulos Júnior, e também na coleção: “Integralis” dos autores Pedro Santiago, Maria Aparecida Pontes e Célia Cerqueira. Os materiais didáticos da primeira coleção supracitada foi usado no período compreendido de 2014 a 2016, e a coleção “Integralis” está sendo usada neste ano de 2017. As coleções ambas foram distribuídas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e foram / estão sendo usados em algumas escolas como: Unidade Integrada Municipal Estevam Ângelo de Sousa e Unidade Integrada Municipal Governador Archer, na cidade de Codó-Ma. Essas escolas foram escolhidas para realização desta pesquisa tendo em vista que a primeira fica próximo a residência onde moro, bairro periférico da cidade onde comportam grande número de alunos vindo dos interiores e proximidades da escola entre eles os meus vizinhos. A outra escola aqui citada e usada durante a pesquisa (o material didático) foi escolhida por conta da aproximação que tenho com a mesma, pois atuei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2016 e 2017. As coleções foram analisadas separadamente depois feito o contraponto entre as duas verificando semelhanças e diferenças nos assuntos referentes a cultura africana, e afrobrasileira.

Palavras-chave: História; África; Ensino; Livro Didático.

ABSTRACT

African and Afro-Brazilian Culture: analysis of the textbook of History in the final years (8th and 9th grade) of elementary education II. He investigates how the history of African blacks and enslaved in Brazil is included in the textbook of History in the collection: "History and Society" by the author Alfredo Boulos Júnior, and also in the collection: "Integralis" by authors Pedro Santiago, Maria Aparecida Pontes and Célia Cerqueira. The materials of the first collection above were used in the period from 2014 to 2016, and the collection "Integralis" is being used in this year 2017. The collections were both distributed by the National Program of Didactic Book (PNLD) and are being Used in some schools as: Integrated Municipal Unit Estevam Ângelo de Sousa and Municipal Integrated Unit Governador Archer, in the city of Codó-Ma. These schools were chosen to carry out this research of the fact that the first one is near the residence where I live, a peripheral district of the city where a large number of students come from the interiors and close to the school among them my neighbors. The other school mentioned and used during the research (the didactic material) was chosen because of the approximation that I have with it, since I worked as a fellow in the Institutional Program of Initiation to Teaching (PIBID) in 2016 and 2017. The Collections were analyzed separately after the counterpoint was made between the two, verifying similarities and differences in subjects related to African, and Afro-Brazilian culture.

Keywords: History; Africa; Teaching; Textbook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Africanos no Brasil	35
Figura 2	- De onde vieram	3 6
Figura 3	- Guerra e cultura africana.....	37
Figura 4	- Manifestação afrodescendente	38
Figura 5	- Chegada dos africanos	40
Figura 6	- Reinos africanos.....	41
Figura 7	- África século XVI e XIX	43
Figura 8	- Revolta da Chibata.....	45
Figura 9	- Partilha da África	47

LISTA DE SIGLAS

ABNT	1. Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CFE	2. Conselho Federal de Educação
CNLD	3. Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	4. Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
FAE	5. Fundação de Assistência ao Aluno
FENAME	6. Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	7. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
IHGB	8. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL	9. Instituto Nacional do Livro
IPT	10. Instituto de Pesquisa Tecnológica
LDB	11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	12. Ministério da Educação
ONU	13. Organização das Nações Unidas
PCN	14. Parâmetro Curricular Nacional
PLIDEF	15. Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLD	16. Programa Nacional do Livro Didático
SADC	17. Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional
USAID	18. Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL	15
3	LIVRO DIDÁTICO: trajetória e transformações	21
	3.1 O livro didático nas escolas brasileiras	24 6
4	LIVRO DIDÁTICO: investigação direcionada a História da África	32
4.1	O Continente Africano no livro didático de História.....	33
4.2	Investigando o livro didático de História 8º ano	34
4.3	Livro didático do 9º ano de História	42
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A África se constitui em vários aspectos distintos e que configuram sua riqueza e grandeza cultural e continental, não sendo possível nem cabível no contexto deste trabalho abranger toda a sua história. Assim, a pesquisa dá atenção específica à África Sulsariana, também conhecida como África negra, por compreender muitos povos étnicos negros, da cultura e religiosidade encontrada no país hoje por conta que a maioria dos negros escravos vindo para o Brasil em séculos passados é oriunda dessa parte da África. Essa região, muitas vezes esquecida, ou deixada de lado por conta ainda de estereótipos impregnados a esses africanos.

Desse modo, esta pesquisa intenta investigar qual a abordagem usada ao especificar a História da África e seu povo nos livros didáticos de História, dos autores Alfredo Boulos Júnior e Maria Aparecida Pontes, coleções: “História e Sociedade” e “Integralis” respectivamente. Essas coleções foram distribuídas pelo PNLD para serem usados no período de 2014 a 2016. A primeira coleção e a segunda em ordem supracitada, estão sendo utilizadas ainda no ano corrente de 2017. Esses livros constituem materiais didáticos usados em algumas escolas públicas da cidade de Codó-MA.

Para tanto, ao estudar o ensino de História à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), faz com que se tenha uma maior consciência da importância de analisar a História da África e do seu povo, como parte integrante da formação étnica do país. Assim, possibilita que se tenha uma visão crítica e adequada de como a África foi retratada e sua contribuição atribuída ao Brasil por muito tempo.

Como tentativa de entender a história do livro didático no Brasil, dando ênfase ao seu uso na disciplina História, especificando apenas a temática da África e do negro africano, se faz necessário compreender como é visto este africano e seus descendentes no Brasil. É, pois, consensual, que o livro didático é um instrumento-chave na transmissão do conhecimento e da História, sendo assim um importante recurso a ser analisado para obtenção de uma melhor compreensão dos assuntos e temáticas composto em si.

O livro didático de História é responsável pela transmissão de muitos conhecimentos relacionados ao passado e presente. O mesmo deve transmitir conhecimentos sobre a História da África e do Afrodescendente, pois a inclusão desse conteúdo está prevista na lei 10.639/2003, que torna obrigatório esse tema em sala de aula, tendo o objetivo de ampliar uma compreensão maior sobre o negro africano que faz parte da formação da identidade étnica do país.

Partindo da perspectiva da importância de compreender a História da África e a representatividade de seus descendentes, tem-se por base a lei supracitada, esta que começou vigorar no dia 09 de janeiro de 2003, sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. É uma medida governamental que pretendeu reparar danos à medida que valoriza ações afirmativas reconhecendo-as como importantes para se entender a História afro-brasileira bem como alusão à escravidão – abolição.

A criação dessa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que acrescenta o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no rol de conteúdos das escolas de ensino básico. As disciplinas obrigatórias que devem abordar o conhecimento acerca da História da África e do negro escravo que veio para o Brasil são: Literatura, Educação artística e História Brasileira. De acordo com o que está previsto na lei já referenciada, as disciplinas supracitadas são as que obrigatoriamente devem transmitir conhecimento dos assuntos especificados, o que não impede que as demais disciplinas possam também discutir a temática, numa perspectiva interdisciplinar ou transdisciplinar. Corroborando com essa assertiva, Serrano e Waldman (2010, p. 16) exorta que,

[...] o estudo da realidade africana sugere a interconexão de diversas disciplinas e de campos do conhecimento. Ao longo da história, é indispensável a contribuição da geografia, da sociologia, da ciência política e marcadamente da antropologia, disciplina na qual, aliás, se materializam as primeiras análises que romperam com o universo de pensamento eurocêntrico e com os enunciados colonialistas

Essa lei veio preencher a lacuna já prevista na Carta Magna de 1988, conforme entende Oliveira (2012, p. 29)

O direito à igualdade de condições de vida e cidadania, às histórias e culturas que compõe a nação brasileira e o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros já estavam previstos na Constituição Federal nos seus: art. 5, I, art. 210. Art. 206, I, §1 do art. 242, art. 215 e 216, bem como nos art. 26, 26 A e 79 B da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.096 de 13 de julho de 1990 e no Plano Nacional da Educação Lei n. 10.172.

A princípio, a lei 10.639/2003 visava acrescentar apenas o estudo da cultura afro-brasileira no currículo escolar. No entanto, foi alterada pela lei n. 11.645/2008, que acrescentou o estudo da cultura indígena no rol de conteúdos do currículo oficial brasileiro. Dentre muitas atribuições da lei 10.639/2003, ela visa:

A valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não

sejam rejeitados em virtude da cor de sua pele, menosprezado em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 12).

A lei 10.639/03 alterou o artigo 26 A e 79 B da LDB/1996, passando a sugerir que o estudo “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torne-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2007, p.19); outro fator também estabelecido por esta lei é a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar como o Dia da Consciência Negra.

Nessa perspectiva, é importante entender um pouco sobre a disciplina de História e suas transformações ao longo das décadas. Sua importância deve ser investigada bem como seus conteúdos são de extrema importância na compreensão de um aluno crítico, capaz de transformar a sociedade. Pois é notório que a História é um dos instrumentos capaz de transformar convicções sociais cristalizadas, baseadas nas ideias de preconceitos e racismo. Uma boa compreensão crítica leva o estudante a transformar suas atitudes e mudar a comunidade onde vive através de suas ações.

É necessário identificar e entender a História do livro didático e como este material tornou-se um grande legitimador de ideologias impregnadas em seu conteúdo programático. Assim, uma boa compreensão deste material didático possibilitará ao estudante refletir sobre situações do seu cotidiano¹, e mudar essas situações, transformando estereótipos em uma percepção adequada e reflexiva a cerca dos acontecimentos passados, permitindo mudar o futuro.

Desta forma, após compreender a importância da disciplina de História e do livro didático de História, pode-se então partir para uma investigação mais concisa e delimitada, onde será investigado apenas o conteúdo sobre a África e o negro africano, percebendo como os autores das coleções investigadas descrevem esse conteúdo, para assim entender um pouco mais sobre a origem de muitos pré-conceitos ligados a África.

Na realização do trabalho, foram escolhidos quatro livros didáticos de duas coleções como anteriormente citado. Esses livros são dois do oitavo ano e dois do nono ano

¹ Ao referi ao cotidiano, chama aqui atenção ao fato de ser alvo de preconceito ou racismo a todo o momento, é importante atentar para essas situações e pensar os temas que trabalham esses estereótipos pode romper com essas situações constrangedoras e abusivas.

de História e pertencem a alunos das escolas Estevam Ângelo de Sousa² e Governador Archer³ que concederam os livros para a realização do trabalho de investigação.

De início, a análise sugerida levou em consideração os referenciais teóricos que abordam esse tema. A segunda etapa da pesquisa incluiu a leitura e compreensão dos autores bibliográficos cujos estudos estão voltados para o tema proposto deste trabalho. Dessa forma, depois de obter um conhecimento sobre como os autores trabalham esse tema, deu-se início a escrita de resumos de compreensão a cerca do tema, até a definição de cada capítulo aqui proposto.

Dentre os muitos conteúdos propostos no livro didático, fixou-se a pesquisa apenas ao que se refere aos africanos e também aos afrodescendentes, percebendo todas as colocações referentes a esse tema. Essas investigações foram realizadas nos quatro livros didáticos que foram observados de coleção a coleção, depois feito um contraponto a cerca dos temas dos dois livros de cada ano das coleções.

No decorrer do trabalho, é possível observar pontos que pertencem a estudos que fazem parte de uma orientação baseada na teoria marxista, pois muitos autores do referencial teórico citados a posteriori, como Maria de Lourdes Chagas Deiró, Orlando José de Almeida Filho e Ana Lúcia G. de Faria, basearam seus estudos referente ao livro didático na concepção da Escola de Frankfurt. Os mesmos abordam o estudo das massas visando corresponder o desejo de uma seleta classe burguesa que através da cultura industrial mercadológica do livro didático, transmitem interesses ideológicos adquiridos pela a grande massa (população) que absorve os conhecimentos através desse material didático de forma que venha atender o interesse dessa classe dominante. Esses autores muito embasará as investigações e citações ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, é realizada uma explanação acerca do ensino de História no Brasil, evidenciando as transformações da disciplina ao logos dos anos, como a História era usada muitas vezes como forma de demonstrar poder dos governantes servindo para reafirmar o poder patriótico nacional, como assim afirma Bittencourt, deixando muita das vezes de transmitir o conhecimento sobre diversos conteúdos históricos.

Em sequência, no capítulo dois é feito uma evidenciação do livro didático, desde sua consolidação como material didático, sua utilização aos longos das décadas, as

² Escola situada na Avenida Primeiro s/n bairro Santo Antônio, na cidade de Codó-Ma.

³ Escola situada na Avenida Cristovão Colombo, bairro Trizidela, na cidade de Codó-Ma. Essas escolas atendem muitos alunos vindos dos interiores próximos de suas regiões se encontrando em lugares do centro da cidade, em bairros menos favorecidos da cidade. Por esses motivos e por ser escola que tenho um contato maior com os alunos deu-se a escolha das mesmas para auxílio da realização desse trabalho.

transformações adquiridas, o uso desse material didático nas escolas brasileiras, é feita uma tentativa de perceber o conteúdo sobre a história africana negra e afrodescendente ao logo de suas transformações e sua importância tanto ao professor quanto ao aluno.

Após obter uma compreensão sobre o ensino de História, e também do livro didático, é feita uma investigação mais concisa, no terceiro capítulo tem-se um olhar mais delimitado atentando aos livros didáticos escolhidos, observando principalmente o tema aqui investigado, focalizando para compreensão de como esse material didático trabalha os temas referentes: a África negra, aos negros escravos no Brasil e afrodescendentes.

2 O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

A área do ensino de História foi empregada por volta de 1837, no mesmo período em que se criou a escola Dom Pedro II no Rio de Janeiro. De início, o ensino de História visava mostrar as benfeitorias dos seus governantes, dando ênfase a seus feitos. Decorre desse contexto a criação dos estudos de História aqui no país, carregado de intenções ideológicas e políticas, limitando o ensino a interesses específicos que não a autonomia de pensamento. Dessa forma, o ensino de História surgiu a partir de uma cópia do ensino francês.

A História como área escolar obrigatória surgiu com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, dentro de um programa inspirado no modelo francês. Predominavam os estudos literários voltados para um ensino clássico e humanístico e destinados à formação de cidadãos proprietários e escravistas (BRASIL, 1998, p. 19).

Percebe-se que o ensino de História era voltado para a classe dominante, alimentando e ratificando o processo de exclusão e restringindo o acesso ao conhecimento.

Outro marco importante foi o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Também criado em 1837, foi um dos maiores produtores de trabalhos que conseguiu intervir nos estudos referentes à História nacional. Tornando-se grande referência na consolidação dos estudos nacionais nos séculos XIX e início do século XX.

No final do século XIX, o ensino de História ganhou um duplo papel na sociedade e visava repassar um conceito civilizador, mostrando qual seria o papel da disciplina de História para a educação brasileira: transmitir um conteúdo moral e cívico. Assim sendo, um cidadão brasileiro deveria perceber-se como participante desta sociedade, ou seja, o seu lado patriótico necessitaria ser colocado em evidência. Tal como o idioma do país deveria ser exaltado, o seu amor pela pátria também precisaria ser cultivado, isso para um bom entendimento do sujeito enquanto cidadão brasileiro.

Nas últimas décadas do século XIX, o ensino de História passou a ocupar no currículo um duplo papel: o civilizatório e o patriótico. Ao lado da Geografia e da Língua Pátria, ela deveria fundamentar a nova nacionalidade projetada pela República e modelar um novo tipo de trabalhador, o cidadão patriótico (BRASIL, 1998, p. 21).

Bittencourt (2004) afirma que desde o século XIX essa impregnação do amor e dever do ser patriótico vêm sendo transmitido, deixando claro que é preciso valorizar as ações

do Estado. Apesar de suas redefinições, seu objetivo de priorização da construção de uma identificação nacional prevalece e segue ao longo dos anos, se modelando às transformações do poder nacional do período. Por isso,

[...] a construção de uma identidade nacional que permeia a existência da disciplina como obrigatória nos currículos brasileiros desde o século XIX, passou a ser redefinida, portanto, sob outros parâmetros, repensada sob novas perspectivas relacionadas as mudanças sociais e econômicas em curso no país, à mundialização e as transformações do papel e do poder do Estado na nova ordem mundial econômica (BITTENCOURT, 2004, p. 18).

Um dos avanços expressivos no tocante ao ensino de História foi a inclusão da disciplina História da Educação no currículo nacional ocorrida na década de 1930. No entanto, os estudos desta disciplina davam-se de forma genérica, pautado na história da educação geral, não se ocupando de especificidades. Nesse sentido, não se tinha, até então, um ensino da História da Educação Brasileira, que só foi inserido no currículo educacional três décadas depois, em 1962, por meio do parecer 251/62, do Conselho Federal de Educação (CFE).

No período que compreende ao Estado Novo, a disciplina de História tinha que transmitir o ensino patriótico e cívico como já vinha ocorrendo anteriormente. Neste período foi feito, pela primeira vez, a separação entre História geral e História brasileira, quando esta ganhou mais importância e espaço.

A partir da década de 1960, o ensino de História passou por novas modificações sofrendo influências das teorias marxistas, contrária à abordagem anteriormente empregada. Sai de cena a moralidade cívica e todas as suas formas patrióticas e se atribui ao ensino de História novos conceitos e temáticas numa vertente do materialismo histórico, logo mais voltada para a realidade enquanto construção concreta da ação do homem. Esse novo enfoque do ensino foi denominado de Nova História. (ALMEIDA FILHO, 2007)

Por volta de 1968, o ensino de História foi alvo de grande atenção dada pelos reformadores da educação, ocasionando uma série de mudanças que afetaram tanto o ensino da disciplina quanto a produtividade desta. Essas,

num primeiro momento, [...] se processaram em estreita consonância com as diretrizes políticas do poder do Estado. No segundo momento, constatamos o poder das forças sociais emergentes no processo de democratização, intervindo diretamente nas mudanças afetadas ao ensino e à produção da História (FONSECA, 1993, p. 25).

Segundo Marcelino (2009), os conteúdos referentes à política nacional posteriormente integraram o rol de conteúdos do livro didático.

Após essa lei os professores de História tiveram algumas limitações ao lecionar sua disciplina, pois ela estava diretamente relacionada com os acontecimentos ligados à política do país, que mais tarde faria parte dos conteúdos didáticos (MARCELINO, 2009, p. 15).

Com as mudanças curriculares de 1971, passou-se a incluir o ensino de História e Geografia no currículo oficial. O professor de História teria de incluir assuntos ligados a política do país no seu rol de conteúdos. Será dentro do período militar que as disciplinas de História e Geografia serão substituídas pela disciplina de Estudos Sociais, no ensino primário, e pela disciplina de Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, no secundário.

Essas novas disciplinas visavam manter a compreensão patriótica e cívica pregada pelos militares, dando assim continuidade ao que havia sido passado a princípio, pois se pretendia formar alunos não críticos. Percebe-se assim que os militares que estavam no comando do país nesse período, planejaram um tipo de ensino em que os alunos não tivessem capacidade de discernimento da realidade então vivida no país e não viessem a reivindicar melhorias ou outras demandas que poderiam prejudicar o governo e a permanência dos mesmos no poder.

Assim, para garantir sua permanência à frente da sociedade, uma das formas utilizadas pelos militares foi colocar conteúdos que dessem ênfase as ações positivas dos grandes heróis da história e das iniciativas militares.

O regime ditatorial preocupava-se muito com o ensino de História, pois esta disciplina tem por característica a análise crítica dos conteúdos e a formação de pessoas com visão crítica não interessava aos militares. Um indício dessa preocupação está no fato de que a disciplina de História foi substituída nas séries iniciais pela disciplina de Estudos Sociais, que englobava conhecimentos de História e Geografia. Já nas séries do Ensino Fundamental e Secundário pela Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – OSPB (GHIRALDELLI *apud* MARCELINO, 2009, p.16).

Nessa mesma reflexão Vedana (1997) trata sobre a importância para os militares incluírem a disciplina referente ao civismo, em prol de permanecerem com alunos acríticos. Para ela:

Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e diminuição da carga horária de História e Geografia, que exerce a mesma função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação (VEDANA, 1997, p. 54).

Assim, os estudos referentes a disciplina de História dentro o período militar foi reduzida a fim de que os alunos pouco compreendessem como estava a situação do país naquele período. Um dos meios de legitimar seus poderes foi criar essas disciplinas cívicas.

Desta forma, percebe-se que o ensino pouco contemplava a abordagem sobre o ensino da História africana negra muita das vezes, pois este tema a partir dos referenciais teóricos estudados no que compreende ao ensino de História brasileira, o mesmo era muito limitado contemplava na maior parte o ensino sobre civismo e moral, conteúdos como o escravo negro, sua origem ou cultura não fazia parte da contemplação dentro do ensino de História *a priori*.

Mudanças foram acontecendo a partir do surgimento da nova História Cultural, que trouxe uma nova perspectiva à História. Nessa expectativa, tem-se a influência da escola dos *Annales* que muito contribuiu com as mudanças dos estudos da História no período.

A escola dos *Annales* é responsável pela criação⁴ do pensamento sobre dos parâmetros comuns. A mesma concedeu sua contribuição na formação de um currículo comum a todos, este que décadas seguintes veio ser empregado. A criação dos parâmetros comuns trouxe uma melhor organização dos conteúdos em cada disciplina, empregando um currículo comum a todo o país.

Levando em consideração a contribuição da escola dos *Annales*, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) possuem como objetivo maior construir uma base curricular brasileira, onde se pretende fazer com que haja um conhecimento igualitário a todos os brasileiros. De acordo com esse parâmetro é preciso que se possa respeitar as diversidades de cada lugar como assim percebem;

Os Parâmetros Curriculares Nacionais Foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1998, p. 9).

Os PCN são de grande importância para a educação nacional, pois promovem grande contribuição na construção dos livros didáticos que serão usados durante o período de três anos de acordo com o PNLD. É a partir de seus objetivos que esse material didático é pensado e adequado de acordo com suas normas pré-estabelecidas.

Apesar do uso e obrigatoriedade no ensino, ao que tange seguir suas regras estabelecidas, os PCN não se apresentam como uma imposição a ser seguido. Mas, sim, como

⁴ A Escola dos *Annales*, já discutia a importância de fazer um currículo comum para que todos obtivessem acesso ao mesmo conteúdo de ensino, em cada disciplina.

ajuda no desenvolvimento das ideias que já haviam sido pensadas *a priori* e que ainda não se tinha conseguido alcançar.

Esse parâmetro curricular traz propostas que vem auxiliar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas e também os profissionais da educação, isso para o melhor desenvolvimento das atividades e da transmissão de conhecimento aos alunos.

Consideremos as propostas dos PCN de História para o quarto ciclo – 8º e 9º ano do ensino fundamental. De acordo com os parâmetros, os alunos pertencentes ao quarto ciclo já dominam muitos assuntos e temas, pois ao sair do terceiro ciclo é proposto que esses alunos consigam compreender os assuntos e que os compreendam em todas as suas dimensões. Assim, é esperado que esses educandos percebam e realizem diversas atividades. Dessa forma os parâmetros de História para o quarto ciclo colocam que poderá,

favorecer situações para que expressem suas próprias compreensões e opiniões sobre os assuntos, investiguem outras possibilidades de explicação para os acontecimentos estudados, considerem a autoria das obras e seus contextos de produção, realizem entrevistas, levantamentos e organizações de dados, pesquisem em bibliotecas e museus e, além disso, observem, comparem e analisem espaços públicos e privados (BRASIL, 1998, p. 65).

Com essa perspectiva é estimado que o educando, ao final do quarto ciclo, consiga compreender e ter uma visão crítica sobre diversos assuntos históricos inclusive sobre a História africana e escravos no Brasil e que esses assuntos sejam identificados como importantes para si e que saiba utilizar esses conceitos e conteúdos apreendidos para:

Utilizar conceitos para explicar relações sociais, econômicas e políticas de realidades históricas singulares, com destaque para a questão da cidadania; reconhecer as diferentes formas de relações de poder inter e intragrupos sociais; identificar e analisar lutas sociais, guerras e revoluções na História do Brasil e do mundo; conhecer as principais características do processo de formação e das dinâmicas dos Estados Nacionais; refletir sobre as grandes transformações tecnológicas e os impactos que elas produzem na vida das sociedades; localizar acontecimentos no tempo, dominando padrões de medida e noções para compará-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade; debater ideias e expressá-las por escrito e por outras formas de comunicação; utilizar fontes históricas em suas pesquisas escolares; ter iniciativas e autonomia na realização de trabalhos individuais e coletivos (BRASIL, 1998, p.66).

Assim, os PCN de História para o quarto ciclo dividem-se em duas partes para que haja uma melhor compreensão dos temas propostos auxiliando os profissionais da educação. Tal divisão está compreendida primeiramente em concepções para a área de História, ou seja, traz a caracterização do saber histórico, objetivos propostos para o ensino

fundamental e também os meios de articulação para fazer com que a disciplina compreenda e transmita assuntos transversais.

No segundo momento, são colocadas as propostas, demonstrando-se os conteúdos, métodos didáticos e avaliações para serem aplicados dentro do quarto ciclo e fazer com que ele seja transmitido aos educandos, que ao final conhecerão os objetivos propostos no PCN, fazendo com que este educando apresente assim entendimento de assuntos que são evidenciados cotidianamente.

Por mais que esteja presente a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afrodescendentes, é possível perceber como afirma Bittencourt que não há de fato a efetivação muita das vezes desse tema em sala de aula.

De acordo com a lei 10.639/ 2003, a inserção desta temática em sala de aula se faz obrigatória e tem que ser repassada. Inclusive deve estar presente dentro do parâmetro curricular nacional, este que tem os temas e formas de como deve ser contemplado os conteúdos a serem trabalhados, inclusive os assuntos da disciplina de História, contemplados nos PCN de História.

Desta forma, é importante compreender também a trajetória do livro didático e como esse material didático vem sendo pensado desde sua materialização quanto à sua forma e seu conteúdo, até se transformar em um legitimador de ideologias sendo assim material didático mais utilizado em sala de aula pelos alunos e professores.

3 LIVRO DIDÁTICO: trajetória e transformações

Os primeiros livros didáticos de que temos notícias surgiram por volta do século XIX, mas sua origem está relacionada com a cultura escolar e surgiu bem antes mesmo da imprensa, isso por volta do século XV, como afirmam Freitas e Rodrigues (2008). Esse material passou por grandes transformações ao longo do tempo “na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos” (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p. 02). Tais cadernos são o que hoje chamamos de livro didático; essa informação mostra o tamanho das mudanças ocorridas deste material didático ao longo dos anos.

Com o surgimento da imprensa, o livro se tornou um dos primeiros produtos a ser produzidos em série, e a partir daí começou-se a perceber este material como instrumento de produção científica. “Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em séries e, ao longo do tempo a concepção do livro como [auxiliador de aprendizado] foi se solidificando” (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36).

A História do livro vem sofrendo fragmentações. Isso, de acordo com a visão de Darnton (2008), ocorreu a partir de 1982 e como afirma o autor as especificidades de cada disciplina foram se evidenciando cada vez mais. Assim, o livro didático constitui-se de conteúdos propostos que venham a fazer que o aluno consiga obter aprendizado sobre o objeto estudado.

Os elementos da história do livro precisavam ser integrados numa visão geral que mostraria como as partes poderiam conectar-se para formar um todo ou o que caracterizei como circuito das comunicações. A tendência em direção à fragmentação e especialização ainda persiste (DARNTON, 2008, p.156).

Para os historiadores do livro, uma forma eficaz de lidar com a fragmentação significa atentar para as particularidades do livro, ou seja, cada conteúdo, torna-se um pedaço dessa fragmentação. O que se tornou mais comum nos dias atuais é que pesquisadores tendem a concentrar seus estudos apenas em uma temática, por exemplo. Segundo Darnton (2008, p. 156), é preciso que os historiadores confrontem três questões ao investigar esse material, esta seria “uma outra maneira de lidar com isso pode ser solicitar aos historiadores dos livros que confrontem três questões: como é que os livros passam a existir?; como é que eles chegam aos leitores?; o que os leitores fazem deles?”.

Muitos estudos sobre o livro foram ampliados a partir da década de 1990. Então, muitos historiadores do mundo todo estão em constante busca de pesquisas que enfatizem esse assunto referente ao livro didático. Nessa perspectiva, Almeida Filho (2007) esclarece que isso só veio confirmar a tese de Darnton (2008), quando este pontua o livro ao lado da imprensa, tendo uma grande ligação do último com o surgimento da primeira.

Darnton situa a história do livro com o aparecimento da imprensa, colocando-o num lugar tão importante quanto outros campos de estudo da história. [...] As pesquisas sobre o livro ampliaram-se, atingindo diversos países na década de 1990 e construindo um campo de estudos e pesquisas que confirmam a tese do historiador (ALMEIDA FILHO, 2007, p.2)

Grandes autores como Bloch e Le Goff (*apud* ALMEIDA FILHO, 2007) ampliaram os conhecimentos e diversificaram muitos assuntos estudados pela Escola dos Annales criando grandes áreas de possibilidades para fazer com que esses assuntos fossem melhor entendidos. No que se refere à história do livro, esta escola deu uma grande contribuição e além disso abriu novas possibilidades. “A Escola dos Annales abriu novas possibilidades, substituindo as narrativas históricas tradicionais, marcadas pelos acontecimentos políticos e econômicos” (ALMEIDA FILHO, 2007, p.3).

Nessa perspectiva, o estudo sobre o livro no que compreende a abordagem do conhecimento histórico passou por grandes transformações ao longo dos anos. Este estudo fez criar recortes e, assim, começou a distribuir os estudos por áreas, entre elas está a que tange o estudo do livro didático. Segundo Richaudeau (1979, p.5) o “livro didático será entendido como um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”. Outra definição sobre o livro didático é dada por Lajolo (*apud* ALMEIDA FILHO, 2007). Este afirma que é preciso que se entenda o que seria “didático”. Este autor aponta um conceito pertinente didático, bem como para o que vem a ser o livro didático.

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e curso, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização. [...] Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é um instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. [...] Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia da educação de qualidade. [...] Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor. Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno (LAJOLO *apud* ALMEIDA FILHO, 2007, p. 4).

Como afirma Almeida Filho (2007, p. 4), o livro didático é um grande instrumento tanto para o professor quanto para o aluno. Este material não ultrapassa o ambiente cultural escolar, sendo algo de utilização interno da instituição, “O livro didático, portanto, é efêmero e de utilidade para o aluno em sala de aula. Possui características peculiares, voltadas para os saberes escolares da sala de aula e, por isso mesmo, sua utilidade não ultrapassa o ambiente escolar”.

Na década de 1980, era um tabu fazer investigações sobre esse material didático. Muitos partiam do princípio, como afirma Munakata (1997, p. 2), de que não era preciso estudar a história do livro didático para que este pudesse ser compreendido. “Até os anos de 1980, realizar investigações científicas sobre livros didáticos, era um verdadeiro tabu”. Nesse sentido percebemos que não se tinha dimensão da importância da compreensão desse material. Nesse período, os estudos realizados, visando à concepção ideológica cultural, estavam marcados dentro do campo industrial, isto é, o livro era visto como uma mercadoria industrial que tinha como principal objetivo trazer ideologias pré-determinadas. Assim, estava sendo utilizado pela burguesia para alienação das massas. Essa perspectiva pode ser observada em estudos como o de Maria de Lourdes C. Deiró (2002) que em seu trabalho intitulado, “*As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*” trata desse tema, como é colocado por Almeida Filho (2007, p. 5): “Nessa lógica, o livro utilizado em sala de aula possuía objetivos ideológicos, voltados para a manipulação das massas de estudantes e a serviço das elites burguesas dominantes”.

Como material de comunicação, o livro didático auxilia a construção histórica dos signos ou símbolos. Quanto à sua materialidade, dá-se por meio de estratégias usadas pelo editor durante a elaboração. Dentro dessas estratégias estão a elaboração e produção da capa, imagens, letras e formatos; tudo isso produzido pelo editor a fim de chamar a atenção do leitor, pois, como coloca Chartier são os editores responsáveis pelos livros. Ainda segundo Chartier, “não são de modo nenhum escritos, são manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressora e outras máquinas”. Assim, editores produzem livros e autores apenas textos. Em vista disso, o editor é responsável por todas as produções do livro, e para ele, o bom livro é aquele que não fica parado nas prateleiras.

Continuando no que tange ao livro como objeto ideológico, este serve de instrumento de dominação. Através do simbolismo, é passado o desejo do aparelho de Estado que transmite aquilo que vem estar a seu favor, fazendo com que o aluno sem perceber

absorva através da escola tais ideologias, aprendendo aquilo que vem ser o desejo do Estado. Nessa perspectiva, afirma Deiró (*apud* ALMEIDA FILHO, 2007, p. 7) que

O aparelho escolar, ao cumprir sua função de instrumento de inculcação da ideologia da classe dominante à classe dominada, sendo a primeira objetivamente antitética à segunda, comete necessariamente um ato de violência, mesmo que simbólica: reside no fato de veicular, por meio do aparelho escolar e, principalmente, na rede de ensino de primeiro grau oficial, onde a maioria da clientela pertence à classe proletária, uma visão de mundo da classe dominante, como sendo a única verdadeira. Sugerindo, ainda, que outras visões de mundo são inferiores, anticulturais.

Prosseguindo, percebe-se como esta organização do livro didático é elaborado de forma pré-determinada, mas, apesar disso, a escola e o professor podem dar suas contribuições para melhorar os conteúdos ou reafirmar os interesses da classe dominante, assim afirma Faria (2002, p. 78):

Assim como os exercícios, as ilustrações reforçam o conteúdo ideológico que se quer transmitir. [...] Assim como não é só a escola que transmite a ideologia da classe dominante, não é só o livro didático que no seu interior, é responsável por sua veiculação. O próprio professor, com sua postura, seus conhecimentos, pode garantir a transmissão.

Uma forma de reprimir e controlar o livro didático pelo autor e editor está na sua materialidade, a saber, na organização do livro feita a priori pelos mesmos. Assim:

Compreender as razões e os efeitos dessa materialidade (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua representação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação (CHARTIER, 1999, p. 35).

O editor, ao montar o livro, tem objetivos específicos já referidos a priori, mas, à medida que o livro é produzido, este ganha grande dimensão. Para Carvalho (2001) é como se o livro depois de pronto, ganhasse vida própria, servindo não só para aquilo que o editor elaborou, mas podendo desempenhar outros papéis dentro da vida do leitor.

Se, por um lado, é necessário situar o impresso de uso escolar relativamente às modalidades diferenciadas de concepção pedagógica que presidem a sua produção e distribuição, por outro lado é necessário pensar que, uma vez produzido e distribuído, o impresso pode ganhar vida própria, sendo objeto de usos não previstos pelas regras que presidiram a sua produção. O que significa também que um mesmo impresso pode comportar usos diferenciados em tempos e espaços distintos [...]. E que determinar as estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que produziram e fizeram circular um impresso é condição necessária, mas não suficiente, para se dar conta de seus usos (CARVALHO, 2001, p.138).

No que tange à cultura do livro, esta visa à questão mercadológica, onde a educação é o principal foco dessa cultura e isso é atingido dentro da sala de aula, onde há várias formas de relação entre livro, professor e aluno e diversos métodos garantem que esse objetivo seja realizado. Nessa perspectiva, é importante perceber a composição desse livro didático, percebendo conteúdos como a História africana negra, os escravos no Brasil ou mesmo os afrodescendentes, de forma a perceber como está inserido estes temas nesse material didático e se o mesmo atende as propostas inseridas nos PCN de História no que tange ao conteúdo programático para o quarto ciclo.

Almeida Filho (2007), ao tratar da relação pessoa e livro afirma que cada ser possui uma forma única com esse material, ou seja, a forma de entendimento. A utilização varia de pessoa para pessoa, mesmo que seja o mesmo material. Outro fator importante, nessa singularização, é o tempo bem como o espaço.

As relações entre vários usuários [...] com o livro são múltiplas e indefinidas e dependem de lugar para lugar, de escola para escola, mesmo de professor para professor e de professor para aluno. Dois professores podem utilizar-se do mesmo livro didático, em uma mesma escola, mas de formas muito diferentes, influenciando diferentemente as concepções de apropriação do saber já que a apropriação por parte dos alunos também é diferente (ALMEIDA FILHO, 2007, p.14).

É de importância única entender como o livro constrói significados para podermos perceber suas contribuições no campo da história da educação. A busca da análise do livro didático faz com que haja ampliação e compreensão desse objeto de estudo. Segundo Almeida Filho (2007, p.16) “o livro didático como objeto de estudo amplia o leque para a compreensão histórica da educação brasileira e de suas múltiplas relações com a sociedade”. Daí a importância de se estudar o livro didático, pois, através dele pode-se perceber como a sociedade e a compreensão crítica do aluno estão interligados.

É importante conhecer a trajetória do livro didático mostrando-lhe o surgimento e as modificações ocorridas ao longo dos tempos, pois como a princípio foi exposto, ele possui papel de mediador do conhecimento. Assim, é interessante que se faça uma investigação no mesmo, pois, o livro didático traz em seu conteúdo e em sua produção gráfica, elementos que atraíam a atenção do leitor. “O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura” (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.1).

O livro didático, hoje, se constitui em um dos materiais didáticos mais estudados, pois, isso se faz como forma de compreender o que ocorre no processo de institucionalização do mesmo.

Dessa forma, sabendo que na maioria das vezes o livro didático é o único material de auxílio a pesquisa e compreensão de determinados assuntos abordados em sala. Se faz necessário uma investigação quanto aos seus conteúdos, visando perceber como estes conteúdos ajudam na compreensão da realidade cotidiana dos alunos do ensino fundamental maior.

A preocupação em pesquisá-lo leva em conta o fato de que o material didático tem uma importância grande na formação do aluno pelo mero fato de ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança entrará em contato. Ele ainda é um dos instrumentos de aprendizagem mais utilizados e, em muitos casos, o único utilizado em sala de aula no ensino fundamental, quando infelizmente, não há o contato dos alunos com outros materiais e informações de outras fontes (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.1).

Rojo e Batista (2003) também vão chamar atenção para esse aspecto enfatizando que muitos brasileiros têm uma condição econômica precária, que lhes faltam às condições ou meios para buscar outro material de apoio, restando apenas o livro didático, que é disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC). Desta forma, observa-se este material como dos poucos recursos acessíveis para o auxílio na aprendizagem do aluno de escola pública do ensino fundamental II.

3.1 O livro didático nas escolas brasileiras

A trajetória do livro didático com destino as escolas brasileiras teve início em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que objetivava ajudar na legislação referente à elaboração dos livros, assim como nos aspectos técnicos de sua produção. Somente no ano de 1934, no governo de Getúlio Vargas, o INL receberá suas primeiras atribuições, entre elas estavam: editar obras literárias, criar enciclopédias e dicionários nacionais. (FREITAS; RODRIGUES, 2008)

No ano de 1985, é criado o Decreto-Lei de nº 1.006 e a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabeleceu a primeira política de legislação, que tinha como intuito o controle político-ideológico e não didático.

Em 1938 o livro didático entrou em pauta do governo quando foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e circulação dessas obras. Esta comissão possuía mais a função de controle

5 Vigências do Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas.

político-ideológico do que propriamente uma função didática. (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.3).

O Estado consolidou a legislação de produção e utilização do livro didático em 1945, mas esta legislação restringia o professor de fazer a escolha do livro que gostaria de usar durante o período e ele era imposto ao professor. A restrição estava definida pelo decreto 8.460/45, art. 5°. Somente em 1966 o MEC se uniu à Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Nacional (USAID), juntas permitiram a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), que tinha como objetivo coordenar a produção e distribuição do livro didático, pretendendo distribuir inicialmente cerca de cinquenta milhões de livros em um prazo de três anos.

Em 1966 foi realizado um acordo entre Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Esta comissão tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, e pretendia distribuir gratuitamente 51 milhões de livros no período de três anos (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.3).

Em 1971, a COLTED saiu de circulação e a parceria MEC/USAID chegou ao fim. A partir de então, o INL passou a “desenvolver” o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Nos seis anos posteriores o INL deixou de existir e assumiu o controle a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME); e, assim, iniciou-se a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de livro. Freitas; Rodrigues, (2008). Porém esses recursos não deram para suprir toda a demanda de alunos do ensino fundamental da rede pública de todo o país; nessa perspectiva, visando sanar esse déficit, muitas escolas foram excluídas desse programa.

Cinco anos depois, em 1976, o INL foi extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) tornou-se responsável pela execução do PLIDEF. Por meio do decreto nº 77.107, de 4/2/76 o governo iniciou a compra dos livros com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com as contribuições dos estados. Porém os recursos não foram suficientes para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, e a solução encontrada foi excluir do programa a grande maioria das escolas municipais (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.3).

Inúmeras mudanças ocorrem durante todo o período seguinte, entre elas a substituição da FENAME pela Fundação de Assistência ao Aluno (FAE) em 1983. Foi também a partir daí que, em alguns Estados brasileiros, os professores começaram a fazer escolhas dos livros que queriam utilizar em sala de aula. Outra grande mudança foi a

substituição do PLIDEF pelo PNLD, isso em vista do decreto n° 91.542 de 1985, que fez grandes alterações importantes na história do livro didático.

Um ponto importante para a questão da mudança da qualidade do livro foi a substituição do livro descartável para o durável, introduzido pelo PNLD em 1985. O livro descartável era produzido para ser usado pelo período letivo de um ano e, por este motivo utilizava-se papel de baixa qualidade, a fim de reduzir custos e aumentar as tiragens, o que prejudicava todo o projeto gráfico (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.6).

No âmbito da ditadura, uma das formas encontradas para manter o controle social foi através do livro didático, inclusive o de História que tinha de transmitir a ideia de civismo e patriotismo, deixando de lado muitos temas importantes entre eles, a História da África e dos escravos no Brasil.

Com o golpe militar, a educação passou a ser o meio transmissor para repassar a concepção autoritária da sociedade. Para isso, uma disciplina em especial, História, foi diretamente utilizada através dos textos inseridos nos livros didáticos. Esses abordavam uma história tradicional que venerava os heróis nacionais, o patriotismo e o civismo (MARCELINO, 2009, p.14).

Durante esse período, o livro didático circulava com autorização do governo para poder inserir-se na esfera educacional; esta era a forma de controlar os estudantes e os professores. Estes eram obrigados a escolher as coleções que, a priori, foram determinadas pelo governo, ou seja: estava dentro dos padrões exigido pelos militares.

Os livros didáticos durante a Ditadura Militar vinham com a autorização do governo para poderem circular. Dessa forma, os professores eram obrigados a escolher os livros moldados pelos objetivos ditatoriais. Essa era uma das maneiras encontradas por quem estava no poder de tentar controlar a massa estudantil, pois os conteúdos dificilmente despertavam o conhecimento crítico dos assuntos abordados (MARCELINO, 2009, p.20).

Como já explanado anteriormente, o período da Ditadura Militar constitui-se marcante para a história do livro didático, já que veio a ser um dos instrumentos de legitimação das ideologias e do controle dos militares no poder. Esse material didático era uma das formas de transmitir o que os militares desejavam que os alunos soubessem. Essas contribuições podem ser notadas a partir do ano de 1971, quando foi criada a lei n° 4.024/71, que corresponde à Lei de Diretrizes e Base da Educação. Ela tinha como intuito contribuir com melhorias para a educação nacional.

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional

um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos “slogans” propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira (ROMANELLI, 1991, p. 64).

Assim, nota-se o interesse de capacitar os alunos de forma profissionalizante e que viesse a atender à demanda do mercado dessa época. Percebe-se também, quanto a esse momento, o aparecimento da escola tecnicista e o real objetivo da implementação daquela lei. Segundo Aranha (1996), os estudos tecnicistas encontravam-se em constante paradoxo já que não havia precisão nas discussões sobre o tipo de educação a ser seguido.

É sempre controversa a discussão sobre o uso das modernas técnicas na educação. De um lado, uma postura conservadora resiste a qualquer inovação técnica como se fosse incompatível com a natureza espiritual do processo educativo, e por outro, o risco do tecnicismo, da exaltação desmedida da técnica (ARANHA, 1996, p. 165).

E, nesse caso, o livro didático, na década de 1990, o MEC e o FNDE começaram a fazer avaliações para a compra e produção do mesmo. Foi a partir daí que apareceu o livro produzido em “quatro cores”, sendo melhorado cada vez mais nos anos seguintes. Hoje são abertos editais para a escolha dos livros a serem usados pelo professor. O PNLD avalia a qualidade física e visual dos livros em dois momentos. Primeiramente, é verificado se estes livros se enquadram com o que foi pedido no edital, feita pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em São Paulo. “Em se tratando de livros didáticos a qualidade física e visual do livro é analisada em dois momentos durante a seleção das obras pelo PNLD” (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p.6). A segunda avaliação é feita após o livro pronto, onde se verifica se está de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Após estas avaliações os livros são selecionados e mandados para as escolas onde serão utilizados no período letivo referente a três anos.

Esse material, para melhor ser entendido, segundo Choppin (2004) é preciso ser classificado em categorias. Este autor classifica este objeto categoricamente como um simples objeto físico, isto é, pela estrutura e formatação que esse material recebe, e, também, pela análise feita de seu conteúdo.

A partir de então, ao classificá-lo dessa forma, Choppin (2004) afirma que o livro didático, quando classificado no que se refere ao conteúdo, subdivide-se em duas tendências principais: as que analisam o conteúdo a partir da perspectiva didática, e as que analisam de acordo com a sua epistemologia sob a crítica ideológica cultural. Como já foi discorrido, a partir de 1985, o ensino de História, assim como o livro didático, ganharam grande transformação com a criação do PNLD em substituição do PLIDEF, pelo decreto de nº

91.542/ 1985. O PNLD provocou grande mudança no tocante ao livro didático, inclusive no ensino de História que começou a pensar em políticas voltadas para cada área escolar.

Em 1990, o MEC, juntamente com o FNDE, começou a fazer avaliações para a compra e produção do livro didático. Assim ensejaram-se as aberturas de editais para escolher os livros didáticos que seriam usados durante os três anos seguidos. (FREITAS; RODRIGUES, 2008). Em relação aos livros didáticos de História, estes ganham três processos de avaliação, contemplando-se os anos compreendidos ao ensino fundamental maior (6º ao 9º ano). As avaliações dos livros didáticos de História no que se refere a seus primeiros balanceamentos ocorrem em 1999, 2002 e 2005, onde buscou-se cada vez mais melhorar o processo de avaliação e escolha dos livros.

De início, tais avaliações eram feitas de forma em que contemplava o livro de forma unitária (volume) e independente, cada coleção por si só. Já em 2002 pensou-se e se avaliou a coleção de forma total, ou seja: o seu conjunto; e no ano de 2005, começou-se pensar em forma de catálogo organizado, o que veio facilitar o trabalho do professor na hora da escolha.

Cumprir destacar que houve variações de forma e substância em cada programa. Se, em 1999, cada volume era avaliado de modo unitário e independente frente à coleção, o que gerava circunstâncias conflitivas com relação a variabilidade no processo de escolha e uso das obras, tal situação foi alterada a partir do PNLD de 2002, quando a unidade básica de avaliação e escolha passou a ser a coleção didática [...] [que] na versão de 2005, apresenta-se ao professor como um catálogo organizado em ordem alfabética (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 123).

Observa-se que a disciplina História ganhou várias mudanças ao longo dos anos e fazendo com que estas viessem a se tornar objeto de muitos pesquisadores e historiadores. No que tange ao livro didático de História, este também ganhou grande importância, pois ao longo dos anos não só a disciplina, mas também esse material didático ganharam espaços relevantes, fazendo com que o alunado consiga perceber-se no âmbito desses acontecimentos; e um dos meios de acesso a tais fatos está compreendido no livro didático de História que, repetindo, por muitas vezes é o único material de estudo que o aluno possui, como afirma Bittencourt (2009).

Percebe-se que o assunto referente a História da África negra vem sendo deixado de lado desde da criação da disciplina de História brasileira, baseando no modelo francês que não contemplava esse conteúdo dentro dos temas abordados nos materiais didáticos, este assunto já vem sendo deixado de lado a muito tempo o que só agora após a implementação da

lei 10.639/2003 e o surgimento dos PCN, tem-se uma pequena inserção deste tema nos materiais didáticos.

Uma das grandes mudanças e contribuições dadas à Educação ao longo dos tempos no Brasil foi a criação dos PCN, que tem o intuito propiciar que todas as escolas dos estados e municípios do Brasil, adquiram um currículo nacional comum; respeitando o regionalismo cultural de cada lugar, mas, objetivando que todas as instituições de ensino devam estar de acordo com o que é proposto pelos PCN. A elaboração deste currículo é proposto pelo Ministério da Educação. Cada disciplina possui um currículo próprio que contemple as suas especificidades.

Desta forma, a investigação dos PCN, é direcionado ao livro didático específico de História, pertencente ao quarto ciclo, observando os temas propostos referentes a África e aos afrodescendentes dentro desse currículo comum de História.

4 LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: investigação direcionada à História da África

A investigação sobre o livro didático, como já discorrido, toma como referência os pressupostos estabelecidos no PNLD⁶, este que se constitui como uma referência na análise e distribuição de livros didáticos às escolas públicas de todo o país.

O PNLD criado em 1985 vem substituir o PLIDEF⁷ e passa a ditar novas regras ao que se refere ao livro didático. Grandes mudanças ocorrem nesse período, uma delas é a substituição do livro descartável pelo durável, além de direcionar os livros didáticos para uma avaliação, esta que ocorre pela primeira vez em 1990.

Fonte primordial na elaboração desta pesquisa, o livro didático foi usado como base de investigação, de acordo com seus conteúdos específicos, principalmente no que tange à História da África e dos afrodescendentes em sua trajetória no Brasil. Dessa maneira, foram selecionados quatro livros didáticos de História que contemplam o quarto ciclo e estão sendo usados em algumas escolas públicas na cidade de Codó-MA. Urge lembrar-se que, para este trabalho, o que interessa é apenas o conteúdo referente à História da África e dos afrodescendentes, visto que é obrigatória sua transmissão, visando o cumprimento da Lei 10.639/03, esta que evidencia a inserção do conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino básico.

É necessário que se compreenda a diferença entre a História da África e dos afrodescendentes. Quando falamos de África, queremos entender como se organizam os países, suas etnias, formas de comunicação, as tradições culturais, a organização política e econômica de cada país africano. Sabemos, pois, que ao tratar sobre afrodescendentes, estamos colocando dentro do ambiente colonial e imperial na condição de escravos os africanos que vieram para o país e que aqui constituíram um novo ambiente histórico.

Dessa forma, a investigação do livro didático se faz como uma tentativa de compreensão de quais os caminhos traçados e direcionados que possibilitam compreender o continente africano e sua importância para a história e construção identidade brasileira. Assim, cabe verificar com base nos livros didáticos a necessidade de saber como está a visão sobre o negro africano e o conhecimento específico deste assunto. Perceber também se este livro possibilitará que o aluno obtenha conhecimento acerca deste tema. Esta análise tentará

⁶ Programa Nacional do Livro Didático

⁷ Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

verificar ainda o nível de criticidade estabelecido pelos autores dos livros didáticos em torno do assunto proposto.

4.1 O Continente Africano no livro didático de História

O livro didático, por assumir o papel de produtor de cultura possui a função de fazer com que alunos que o utilizam para seus estudos internalizem suas ideologias. Este fato faz com que o livro didático seja pensado como instrumento de transmissão do poder do Estado. De acordo com Bittencourt (2009), o Estado interfere tanto na percepção quanto na elaboração desse material. Este tem papel importante quanto à materialização do livro didático. Este é o caso do negro africano que, geralmente, é colocado de forma inferior a outros grupos. Esses estereótipos podem ser observados no livro didático, como afirma Bittencourt (2009, p. 27): “Pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa”.

Ao atentar para estas observações, percebe-se que há um grande estereotipização em relação ao conteúdo da África no que tange ao negro especificamente. Com isso, esta pesquisa se propõe a fazer uma análise da inserção desse conteúdo no livro didático, evidenciando como está organizado o assunto da História da África negra, para assim perceber o nível de compreensão do aluno, bem como a visão do professor. A compreensão desse assunto se faz necessário e é importante atentar-se para esta concepção, pois, como ensina Oliva (2009, p. 88), só uma boa compreensão acerca da História da África possibilitará ao aluno um bom uso de seus conhecimentos. Assim, percebe-se que

[será] apenas [com] a associação coordenada de movimentos e associações culturais e sociais e fundamentalmente, a abordagem adequada de conteúdos de história africana nas salas de aula podem reverter em curto espaço de tempo esses esquecimentos relacionais e substituir as imagens que conduzem os olhares lançados daqui sobre o continente que é nosso vizinho pela fronteira atlântica sul, seja no presente ou no passado. (OLIVA, 2009, p.88)

Desta forma, perceber a importância do conteúdo referente à África dentro da instituição escolar é necessário, como forma de entendimento e de busca contra estereótipos impregnados sobre este povo e sua cultura, visto que o mesmo é alvo constante de preconceito e discriminação.

Seguindo essa perspectiva, neste trabalho é encontrada a abordagem desse assunto em livros didáticos de História do ensino fundamental maior. Compreendendo o quarto ciclo

dentro dos PCN, este inclui o oitavo e nono ano do ensino fundamental, anos finais desse nível. A escolha de observar os livros usados nesses dois últimos anos faz como tentativa de compreender como o aluno que sai do ensino fundamental maior e ingressa no ensino médio conhece / entende o assunto referente a história da África e afrodescendente e como o alunado avançará em seu nível de estudo em relação ao conteúdo relacionado a África.

4.2 Investigando livro didático de História: 8º ano

Ao selecionar os livros didáticos para a realização deste trabalho, foram escolhidos dois livros didáticos que pertencem a alunos da escola Estevam Ângelo de Sousa, esta que fica localizada no bairro Santo Antônio, na cidade de Codó-MA.

Esses livros didáticos pertencem à coleção do autor Alfredo Boulos Júnior, que traz como tema História: Sociedade & Cidadania, edição reformulada, e de acordo com o PNLD, essa coleção é para ser usada durante os anos de 2014, 2015 e 2016.

O outro material didático investigado é da coleção Integralis, dos autores Pedro Santiago, Maria Aparecida Pontes e Célia Cerqueira, este que está sendo usado no ano letivo de 2017.

Antes de começar a análise é importante atentar para o que Bittencourt (2009) afirma que para se fazer uma boa análise cumpre que se atente para os dados fornecidos pelo material didático. Desta forma:

Uma análise dos conteúdos pedagógicos ou do método de aprendizagem de um livro didático deve atentar para averiguação das atividades mediante as quais os alunos terão oportunidade de fazer comparações, identificar as semelhanças e diferenças entre acontecimentos, estabelecer relações entre situações históricas ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos e indicar outras obras para a leitura, fornecendo pistas para a realização de pesquisa em outras fontes de informação (BITTENCOURT, 2009, p. 315-316).

A partir dessas observações, dá-se início à análise iniciando pelos livros didáticos do 8º ano, das coleções supracitada.

No livro didático “Sociedade e Cidadania” do autor Alfredo Boulos Júnior, a unidade I, tem como tema: Cultura e trabalho. O primeiro capítulo **Africanos no Brasil: dominação e resistência**. É subdividido pelos tópicos: De onde eram?; Guerra e escravidão;

os africanos e suas culturas; a travessia; o trabalho; A alimentação; A violência; Para refletir (texto: Terra da vergonha); Resistência; Os quilombos; Atividade.

1 Africanos no Brasil: dominação e resistência



1

2

3

4

Observe as fotos destas personalidades. O que elas têm em comum? Quais delas você conhece? Você tem acompanhado a contribuição delas à vida social brasileira? Teste seus conhecimentos: escreva no seu caderno o nome e o trabalho desenvolvido por elas.

Figura 01. Africanos no Brasil.

Com o auxílio da imagem acima, observamos bem no início do livro, já no primeiro capítulo nas páginas doze e treze a presença dos afrodescendentes. O livro sugere a partir da imagem de afrodescendentes de renome que a contribuição negra ultrapassa os limites da já conhecida participação africana na cultura brasileira.

E o autor faz questionamentos aos alunos sobre a importância desses homens das imagens acima e suas atividades desenvolvidas em sociedade. Na comparação dos dois conjuntos de imagens, o autor deseja ressaltar que a contribuição do afrodescendente na sociedade atual ultrapassa o limite dos estereótipos atribuídos aos negros ao longo da história. Enfatiza que hoje o negro ocupa posições de destaque para a construção do Brasil atual.

A partir do tópico seguinte, intitulado: “De onde vieram?” tem-se uma tentativa de explicar resumidamente em cinco linhas sobre o povo africano que veio para o Brasil, acompanhado por um mapa pouco didático como objetivo de exemplificar a vinda dos africanos.

Os africanos não vieram para a América de livre e espontânea vontade; foram trazidos para cá para trabalhar como escravos. Com o avanço das plantações de cana-de-açúcar no Nordeste, na metade do século XVI, os africanos começaram a entrar no Brasil sistematicamente e em maior número.

De onde eram?

Eram povos de diferentes lugares da África, com características físicas e culturais próprias, que trouxeram consigo hábitos, línguas e tradições que marcam profundamente o nosso cotidiano. A maioria dos africanos entrados no Brasil saiu da região localizada ao sul do Equador, pelos portos de Benguela, Luanda e Cabinda. Outra parte considerável saiu da Costa da Mina, pelos portos de Lagos, Ajuda e São Jorge da Mina. E um número menor saiu pelo porto de Moçambique.

Portos de embarque de africanos

Enquanto durou o tráfico atlântico, esses foram os principais portos de embarque de africanos para o Brasil.

No Brasil, os africanos não eram chamados pela sua etnia, mas sim pelo nome do porto ou da região onde tinham sido embarcados. Um africano de etnia congo, por exemplo, era chamado aqui de cabinda, se esse fosse o nome do porto africano por onde ele tinha sido embarcado. Outro exemplo: os diferentes povos embarcados na Costa da Mina (África ocidental) eram chamados simplesmente de minas.

Africana mina.

14

UNIDADE 1 - CULTURA E TRABALHO

Figura 02. De onde vieram

Percebe-se que o preconceito sobre os africanos começa desde sua chegada na colônia, ao perder seu nome e ser evidenciado como negro que embarcou em certo porto, descaracteriza a sua identidade, fazendo com que não seja visto como ser humano, mas como objeto para comercialização.

Guerra e escravidão

Conseguir pessoas na África para vendê-las na América foi um negócio altamente lucrativo e que durou mais de 300 anos. Desse negócio participaram europeus, africanos e brasileiros de diferentes condições sociais. Entenda seu funcionamento acompanhando o esquema:

- **Passo nº 1:** os traficantes forneciam tabaco, aguardente, pólvora e, sobretudo, armas de fogo aos chefes africanos e, em troca, exigiam prisioneiros de guerra.
- **Passo nº 2:** de posse dessas armas, os chefes africanos faziam guerras e obtinham prisioneiros.
- **Passo nº 3:** os prisioneiros eram negociados com os traficantes, que os vendiam na América como escravos.

Instalou-se, assim, na África, um verdadeiro círculo vicioso: guerras eram feitas para obter prisioneiros, trocadas por armas de fogo e pólvora que eram usadas em novas guerras. A consequência mais trágica da chegada dos europeus ao continente negro foi justamente o surgimento de um novo tipo de guerra entre os africanos: a guerra para obter e vender pessoas a traficantes especializados.

Brasileiros: a palavra aqui tem o sentido de pessoas nascidas na parte da América onde hoje é o Brasil.

Guerras: Cerca de 75% dos africanos entrados na América foram produto de guerras feitas para obter novos escravos.

Os africanos e suas culturas

Para o historiador João José Reis, enquanto durou o tráfico, a América recebeu cerca de 15 milhões de africanos; 40% deles (6 milhões) foram trazidos para o Brasil. Esses africanos trouxeram consigo não apenas sua força de trabalho, mas também suas culturas que hoje fazem parte dos nossos modos de viver, pensar e sentir.

PARA SABER MAIS PARA SABER MAIS PARA SABER MAIS

CULINÁRIA TAMBÉM É CULTURA

A contribuição dos africanos para a construção do Brasil está na língua que falamos; na literatura, nas artes, no esporte, na ciência, e nos nossos modos de sentir, falar, pensar, festejar e orar.

Muitas receitas da cozinha brasileira também foram desenvolvidas por mãos africanas; entre os muitos pratos afro-brasileiros estão o bobô de camarão, o vatapá, o mungunzá, o quibebe, o caruru e o **acarajé**. Em 2005, o modo de fazer e comercializar o acarajé; ou seja, o ofício de "Baiana do Acarajé" foi regulamentado e classificado pelo **Iphan** como Bem Cultural Imaterial Brasileiro. A receita original do acarajé foi registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Acarajé: Bolinho de feijão fradinho frito no azeite de dendê e recheado de camarão. Palavra de origem iorubá acará - bolo de fogo, jê - comer = comer bolo de fogo.

Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

15

TÍTULO 1 - AFRICANOS NO BRASIL: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Figura 03. Guerra e escravidão / cultura africana

Na página seguinte que pode ser observada acima, percebe-se como o autor trata do assunto da escravização dos africanos no tópico: guerra e escravidão. Há uma certa explicação de como ocorria essa captura do negro africano para ser trazido e escravizado no Brasil. Aqui a colocação do negro é claramente de uma mercadoria, que era trocada por produtos como tabaco, pólvora. O africano negro mais uma vez é visto como algo que possuía apenas valor monetário e que servia para enriquecer os traficantes.

Dando continuidade, Boulos Júnior coloca a cultura africana associada a culinária sendo alimentos como o acarajé e vatapá, comidas típicas da África e resume a contribuição desses africanos para cultura brasileira que faz com que se tenha uma interpretação confusa, pequena, pouco explorada no material didático aqui investigado.

No decorrer de todo o capítulo, o autor coloca as informações de sobrevivência, o trabalho pesado, os açoites que os negros sofriam por indisciplinas, as violências que os

negros sofriam, as resistências, até a fuga e formação de quilombos. Cada tópico do livro é descrito de forma bem resumida. Cinco ou seis linhas para cada sub-tema, dedicadas à análise de mais de três séculos de História africana no Brasil. A escolha do autor Boulos Júnior em apequenar a participação negra na História do Brasil, não contribui muito para a compreensão do aluno quanto a totalidade da História negra e sua contribuição para a formação econômica, social, cultural e política do país.

cada mocambo era distribuída entre os seus membros. As sobras eram guardadas para as épocas de guerra, colheita ou festa, ou para serem trocadas nas vilas mais próximas, como Porto Calvo, Serinhaém e Alagoas.

A guerra

Palmares sempre tirou o sono dos senhores de engenho luso-brasileiros e das autoridades portuguesas. Para eles, Palmares era um mau exemplo para os escravizados. Por isso, desde cedo, os poderosos enviaram expedições contra o quilombo.

As primeiras expedições oficiais contra Palmares foram derrotadas pelos quilombolas. Durante a guerra, um jovem guerreiro nascido em Palmares começou a se destacar por sua liderança e firmeza. Seu nome, Zumbi.

A guerra se prolongou por dezenas de anos. Decididos a vencer a forte resistência palmarina, no início da década de 1690 as autoridades contrataram o mercenário Domingos Jorge Velho, para comandar a destruição de Palmares. Jorge Velho aceitou, mas em troca exigiu um quinto do valor dos quilombolas aprisionados, quinhentos mil-réis em panos e roupas, cem mil em dinheiro vivo e o perdão pelos crimes que havia cometido.

Houve inúmeros ataques fracassados, mas a superioridade militar, a abertura de novos caminhos até Palmares e um maior conhecimento da Serra da Barriga desequilibraram a luta em favor dos mercenários. Jorge Velho e seus 6 500 homens derrubaram com balas de canhão a enorme muralha de madeira que os palmarinos haviam erguido em volta de sua capital, e o combate se transformou em um massacre.

Em 6 de fevereiro de 1694, a capital de Palmares foi incendiada. Depois, os demais mocambos também foram destruídos. Zumbi, ferido em combate, conseguiu escapar e resistiu por vários meses. Mas, depois, traído por um homem de sua confiança, foi morto em 20 de novembro de 1695.

Em 1978, a comunidade negra brasileira transformou o dia 20 de novembro – aniversário da morte de Zumbi – em Dia Nacional da Consciência Negra. Ou seja, um dia para refletir com profundidade sobre o racismo no Brasil e buscar formas para superá-lo.

Zumbi: provavelmente está associado a Nzumbi, título que os povos bantos davam a um chefe militar e religioso.

Mercenário: que trabalha sem outro interesse que não o dinheiro.

O racismo contra os afrodescendentes é um problema que só será resolvido com a participação de todos os brasileiros, independentemente da cor ou da origem. Manifestações como esta, ocorrida em Brasília em 1995 em comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi, fazem parte da luta contra o racismo.

Juca Varela/Agência

CAPÍTULO 1 - AFRICANOS NO BRASIL: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

21




Figura 04. Guerras

Para finalizar a investigação deste material didático do oitavo ano, do autor Boulos Júnior, a página acima, no quadro amarelo que acompanha a foto à esquerda é colocado pelo

autor uma reflexão sobre o racismo e a importância da participação dos brasileiros nesse processo. Fica bem claro aqui a compreensão do autor em relação ao racismo contra os afrodescendentes a preocupação de defender os afrodescendentes é notório, quando enfatiza que é preciso fazer reivindicações no sentido de requerer os direitos dos afrodescendentes, mesmo assim Boulos Júnior não adentra ao assunto do racismo, ficando apenas como um complemento acerca do tema em discussão.

O outro material didático, também do oitavo ano é da coleção Integralis, dos autores Maria Aparecida Pontes etall. Este material trás no capítulo quatro, o tema: “A chegada dos africanos”. Ele é subdivididos em tópicos tais como: um terrível encontro; As muitas Áfricas; Funje e Darfur; Songai e Gabu; Escravidão: uma instituição antiga; Tráfico: grande negócio; A dura travessia; Resistência escrava; Os quilombos e atividades.

CAPÍTULO 4

A CHEGADA DOS AFRICANOS


O comércio transatlântico de africanos escravizados durou cerca de quatro séculos e modificou de forma significativa a vida das populações nele envolvidas. Foi responsável, por exemplo, tanto pelo desaparecimento como pela consolidação de diversos reinos na África.

Esse foi o caso de Daomé, que começou a se formar no século XVII e, graças às alianças estabelecidas com traficantes de escravos e reinos europeus, expandiu seus domínios e poderes por mais de duzentos anos.

Por volta de 1690, por exemplo, o rei português mandou construir ali a fortaleza de São João Batista de Ajudá, para facilitar o comércio de cativos. A obra foi concluída com dinheiro de comerciantes baianos, que dominavam o negócio por toda Costa da Mina e da Guiné, no qual obtinham altos lucros.

Atualmente, esse território faz parte do Benin, mas ainda é possível encontrar vestígios dessa história, por exemplo, a comunidade denominada **brasileiros** ou **agudá** (corruptela de "Ajudá"), que se formou a partir da fixação de traficantes baianos e, nos anos 1830, acrescida de 4 mil a 8 mil ex-escravos que retornaram da América.

Integrando a elite local, essa comunidade influencia a política e promove festas que estão entre as mais importantes do país, algumas delas semelhantes às brasileiras, como o carnaval. Essa é apenas uma das histórias que resultaram do tráfico de escravos, que produziu muitas tragédias e uniu Brasil e África de forma indissolúvel.



Missa e festa para Nosso Senhor do Bonfim, celebradas pela comunidade agudá em Porto Novo, capital do Benin, África. Foto de 2011.

- 1 Pergunte a um adulto com quem você vive o que ele sabe sobre a escravidão, que perdurou no Brasil por quase quatro séculos.
- 2 Organizem os dados coletados e compartilhem com os colegas da turma, de preferência utilizando algum recurso digital, como *blog* ou rede social.

Figura 05. Africanos no Brasil

Para iniciar o capítulo, os organizadores desse material didático, fazem uma introdução com um texto explicativo sobre uma comunidade africana. Tem-se uma tentativa de relacionar a África e Brasil, o que é muito importante para o aluno ao ter contato com esse conhecimento. Os autores partem para a busca e compreensão sobre África para enfatizar muitas questões enfrentadas pelos seus descendentes em nosso país. Para finalizar a primeira página, há uma imagem de pessoas negras dançando, celebrando uma festa religiosa. A atividade seguinte é interessante, pois possibilita ao aluno trazer para seu cotidiano, ao

perguntar sobre os povos antepassados e o que eles podem falar sobre esse povo. Essa volta ao passado é importante para entender o presente.

Na página seguinte, no sub-tópico “Um terrível encontro” há uma contextualização da chegada dos povos colonizadores na África, e após uma breve explicação é colocado a imagem do continente africano em 1500, e na legenda os organizadores esclarecem ao leitor que, “Nunca existiu uma única África. O continente sempre foi marcado pela diversidade de povos e culturas”. Nesse momento, os alunos podem começar entender um pouco sobre a história africana. É percebido aqui uma atenção introdutória sobre a colonização e também aspectos relativos a própria História da África.

Songai e Gabu


Na região que se estende entre o Deserto do Saara e a Floresta Tropical, concentrava-se parte significativa da população do continente e alguns dos maiores reinos, como Mali, Songai, Gabu e Tacur; além de Funje e Darfur.

Até o século XV, o reino Songai era um dos mais importantes, tendo o controle dos pontos de chegada e saída das caravanas que atravessavam o Deserto do Saara em direção ao Mar Mediterrâneo e ao Oriente Médio. Nessa época, porém, esse reino começou a perder poder para Gabu, até então dependente de Songai.

O domínio de Gabu sobre os demais povos resultava em um complexo sistema de tributação, pelo qual se trocavam produtos variados por proteção militar.

As maiores riquezas de Gabu eram sal, arroz e algodão. Havia também muito ouro. Além de contribuir para a riqueza local, a extração desse minério colaborou para a expansão do território, à medida que as minas se esgotavam e novas áreas de produção eram acrescentadas.

Grande Mesquita de Djenné, localizada na cidade de mesmo nome, no Mali. Edificada inicialmente em 1220, o prédio atual é de 1907. Foto de 2013.



AXUM: UM IMPÉRIO CRISTÃO

Próximo desses reinos islâmicos, na área em que hoje se localiza a Etiópia, a cidade de Axum tornou-se o coração de um poderoso reino cristão. Acredita-se que seu povoamento tenha começado no século VII a.C., com a chegada de povos originários do sul da Península Arábica, que dominavam a agricultura e a criação de bois, ovelhas, cavalos e cabras.

Como a cidade localizava-se no caminho de importantes rotas comerciais entre a África e a Índia, ao longo dos anos seus moradores passaram a controlar parte do comércio da região.

Segundo relatos de viajantes, Axum recebia, entre outros produtos, algodão do Egito, musselina da Índia, além de linho e outros tecidos de origens diversas. De seu porto saíam – para áreas dos atuais Egito, Grécia, Índia e China – marfim, carapaças de tartaruga e chifres de rinoceronte.

Axum era a principal cidade de um império que contava com inúmeros centros urbanos. Apesar de o comércio ter grande importância, a agricultura representava a base da sobrevivência para a maioria de seus habitantes.

Inicialmente politeísta, foi no século IV que sua população se converteu ao cristianismo. A partir do século VII, a expansão muçulmana levou Axum ao isolamento. Seus portos perderam movimento e o comércio estagnou. Pouco a pouco, o império se enfraqueceu, até seu desaparecimento.

Recentes descobertas arqueológicas indicam que no lugar do outrora poderoso império de Axum foram encontrados objetos de ferro (como argolas, tesouras, espadas, punhais e anéis) e bronze (como brincos, machados, foices e panelas), entre outros.

UNIDADE 1 – NAS GARRAS DO COMÉRCIO 57

Figura 06. Reinos africanos / religião

Ao descrever sobre o que vai chamar de muitas Áfricas, os organizadores discorrem sobre os muitos reinos africanos que existiam e a predominância do Islamismo como uma influência religiosa. Aqui, vai tratar sobre as diversas guerras que houveram para conseguir negros para serem vendidos como escravos ou trocados por bens. Esse aspecto já havia sido percebido no livro do Alfredo Boulos Júnior anteriormente. A diferença aqui é a forma de

introdução e tentativa de falar sobre os reinos africanos, colocando a História da África de fato. É interessante perceber a presença dos reinos, a familiarização dos nomes dos antigos reinos com países hoje. Esta reflexão faz com que os alunos consigam refletir sobre como era a vida na África e as tradições culturais ancestrais, inclusive no tocante à religiosidade.

O tópico seguinte, ao tratar sobre escravidão, assim como o autor do outro livro didático, passa a visão de que só a força de trabalho do negro era importante, reforçando a visão já amplamente debatida nos livros didáticos sobre a imagem do negro associado apenas a força de trabalho.

Os organizadores dão ênfase todo o tempo que a escravidão já era praticada na África mesmo antes dos europeus chegarem e que os próprios negros capturavam e lucravam sobre os seus conterrâneos escravizados. Esta reflexão pode passar a ideia que o conceito de escravidão já era amplamente praticados pelos próprios africanos. Os europeus apenas reproduziram uma atividade que já era praticada pelos nativos africanos.

Os autores seguem com uma breve explanação sobre a resistência, fuga e formação de quilombos pelos negros escravos. Os organizadores tentam explicar sobre esses acontecimentos de uma forma que parece muito natural, algo que aconteceu e que não trouxe consequências graves a nossa realidade hoje.

Já o autor Alfredo Boulos Júnior é muito resumido, pula de um assunto ao outro sem nem se preocupar às vezes com o nexos, cada tópico soa independente, apenas como fatos que precisam ser transmitidos, deixando assim uma impressão que falta algo, pelo menos que ligue um ao outro.

Os dois livros trazem em muitos momentos aspectos semelhantes na descrição e análise do assunto. Suas diferenças estão basicamente na introdução e modo de explanar o assunto. Apesar dos organizadores da coleção Integralis colocarem de forma natural esse momento histórico, eles tentam contextualizar mais e explicar com um conjunto maior de informações.

4.3 livro didático do 9º ano de História

Ao fazer a análise do livro didático de História do 9º ano e observando detalhes que Bittencourt (2009) enfatiza como importantes características essas que já foram percorridas. Considere-se análise feita adiante como o objetivo de construir e fecundar uma investigação sobre a presença da História da África e dos afrodescendentes nos livros didáticos escolhidos.

Na primeira unidade do livro, tem-se o tópico “Dominação e resistência”; seguindo no primeiro capítulo que é “Industrialização e Imperialismo”. Neste capítulo os subtópicos como: segunda fase da Revolução Industrial; O imperialismo; Teorias racistas do século XIX; África entre o século XVI e XIX e Partilha da Ásia são os temas que vem compor esse capítulo. No tocante a África, de início o autor Boulos Júnior faz uma descrição rápida de acontecimentos históricos de três séculos. Em apenas sete linhas é resumido todos esses séculos.

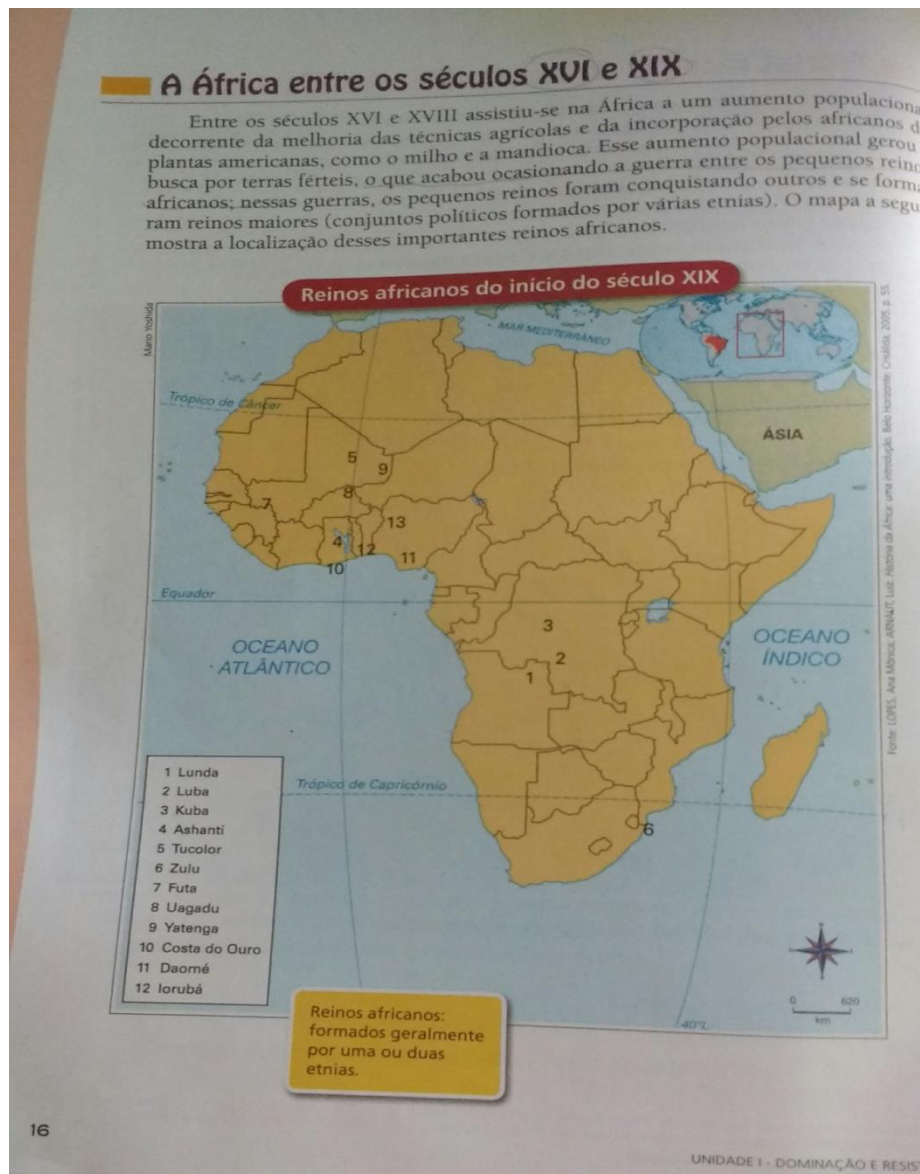


Figura 07. Reinos africanos século XIX

O texto seguido do mapa fica confuso de se entender, por mais que o aluno do 9º ano tenha que saber identificar e ter um olhar crítico de acordo com a orientação dos PCN de História, na realidade o material não facilita esse discernimento.

No tocante ao imperialismo na África, no sub-tópico seguinte tem-se uma tentativa resumida de explicar a presença de europeus nos países africanos como na Argélia e Congo. As explanações são colocadas de formas muito aleatórias e soltas fazendo com que se tenha a quebra de entendimento nos temas propostos. Propiciando com que em vez de um entendimento haja uma confusão na hora de assimilar tais assuntos.

Como se pode perceber nesse capítulo, é descrita uma corrida imperialista que visa dominar a África, é colocado a todo momento a participação dos países que buscam a dominação da África e em nenhum momento se fala da África enquanto continente mas apenas como local de dominação. Evidencia no fim que a África não possuía nem voz nem vez. Assim, a História da África que é importante continente para o entendimento do processo de formação do mundo, pois este que é considerado berço da civilização não aparece enfatizada até este momento.

Continuando a investigação no material didático, o quinto capítulo intitulado “Primeiras Repúblicas” apresenta os afrodescendentes envolvidos aos acontecimentos da Revolta da Chibata.

A Revolta da Chibata

No mar, também ocorreu um episódio de resistência popular.

Os navios da marinha brasileira estavam entre os mais modernos da época, mas o Código Disciplinar da Marinha era o mesmo dos tempos da escravidão: faltas leves eram punidas com a prisão na “solitária” por três dias; faltas leves repetidas, com prisão por seis dias; faltas graves com 25 chibatadas.

Em novembro de 1910, um dia após a posse do presidente Hermes da Fonseca, o marinheiro negro Marcelino Rodrigues Menezes foi condenado a 250 chibatadas, embora o regulamento permitisse 25 no máximo. O castigo foi dado no interior de um navio, aos olhos de toda a tripulação. Apesar de ter desmaiado durante o castigo, continuou a ser chicoteado. Era o que faltava para a explosão da revolta. Por meio de manobras rápidas, os marinheiros, liderados por João Cândido, dominaram os oficiais e assumiram o comando dos principais navios de guerra ancorados no Rio de Janeiro: o Minas Geraes e o São Paulo. Apontando seus canhões para a cidade, os rebeldes exigiram o fim do castigo da chibata; o aumento dos soldos e a anistia para os marinheiros rebelados.

Solitária: local de uma prisão em que o prisioneiro fica separado dos outros.

Soldos: salário de soldado.

Anistia: decisão do poder público que anula punições e concede perdão a alguém por atos considerados ilegais.



Repare o grande número de afrodescendentes entre os marinheiros; por isso se diz que a existência da chibata no Código disciplinar da Marinha era uma manifestação de racismo. Lembre-se aqui que os oficiais da Marinha pertenciam, em sua maior parte, a famílias ricas, brancas e poderosas, que tinham tido a seu serviço negros e mestiços na condição de escravos ou libertos.

CAPÍTULO 5 – PRIMEIRA REPÚBLICA: RESISTÊNCIA

85

Figura 08. Revolta da Chibata

No tópico em que é especificada a Revolta da Chibata, o autor faz uma breve tentativa de explicar o que foi a mesma e ao finalizar o texto, anexa uma figura de marinheiros afrodescendentes, seguida de uma legenda que especifica alguns castigos sofridos por esses marinheiros, estes, em sua maioria eram negros e pobres. O conteúdo é apresentado resumidamente, podendo ser acrescentado mais aspectos relevantes sobre este assunto de grande importância para história nacional. Aspectos como era a vida desses marinheiros afrodescendentes e as condições em que viviam nesses navios. A forma resumida desse conteúdo impossibilita o aluno compreender o contexto geral dos acontecimentos, considerando ainda o peso da presença de afrodescendentes na retaliação ao movimento.

Outro ponto que chama atenção se encontra na legenda da figura, onde o autor menciona que o ato de dar chibatadas nesses marinheiros, em sua maioria negros e pobres, poderia ser uma forma racista dos generais com os mesmos. Aqui tem uma afirmação do racismo àqueles que são negros e a divisão de classe e poder ficam explícitas. O material didático cita a questão do racismo, embora não tenha um aprofundamento nem aponte soluções ou mesmo analisa mais afundo essa questão.

No capítulo dez, tem-se como tema “Independências: África e Ásia”. Como sub temas tem-se: Ásia; África; estudo de casos; A luta contra o “apartheid” na África do Sul. A África divide esse capítulo com a Ásia, no conteúdo relacionado ao neocolonialismo do século XX. Ao começar explicar sobre África, o autor caracteriza dois movimentos que tiveram caráter de luta em favor da independência e a extinção do racismo. Estes movimentos eram conhecidos como a “negritude” e o “pan-africanismo”. O primeiro, um “movimento político-literário”, e o outro “movimento político”, que foram marcos dentro da luta de independência política. Mas uma vez se fala de racismo aqui, de forma solta, cabendo ao professor explicar para que o aluno consiga compreender como esses movimentos contribuíram dentro da história de independência dos países africanos, e além ainda de favorecerem um debate sobre o orgulho da raça negra.

A discussão primordial desses capítulos está ancorada nas conquistas negras em países do continente africano como Gana, Quênia, Guiné, Congo, Angola, Moçambique e Guiné Bissau. A forma muito resumida e corrida de explicar as regiões já supracitadas fazem com que se pense e tenha dificuldade na assimilação sobre estes povos, pois em quatro páginas o autor conta a história de luta e independência de setes povos africanos, que possuíam cultura e etnias diferentes, algo que carece melhor contextualização.

E para finalizar o capítulo dez, aqui já sendo evidenciado, Boulos Júnior traz informações sobre o Apartheid, este movimento importante para a História dos africanos, evidenciando a figura de Nelson Mandela. Este vem a ser o grande nome desse movimento.

Neste material didático, observa-se muita semelhança com o outro livro didático investigado do 8º ano da mesma coleção. O que se mostra nesse livro é a presença de uma História da África de forma resumida. O conteúdo sobre a História africana é ainda trabalhado nos livros didáticos de História, muito resumido e sem o compromisso de levar a reflexão sobre a causa negra.

As análises sobre África nos livros didáticos continuam com a investigação do último livro didático, do nono ano, coleção Integralis, nas reflexões introdutórias iniciais os organizadores fazem uma breve introdução de algumas temáticas como forma de rever o que

foi transmitido no livro do oitavo ano e assim conectar com o material em questão. Os tópicos propostos neste início são os temas: “Sob domínio do capitalismo”; “A formação do mundo contemporâneo”; “Repartindo o mundo”; “Tempo de progresso?”; “Produção em série”; “O capitalismo em plena forma”; “A partilha da África”; “A divisão da Ásia”; “Os Estados Unidos da América”.

A partilha da África

Ao longo do século XIX, antigos países colonialistas, como Portugal e Espanha, ampliaram suas conquistas na África. Foram os ingleses, entretanto, que ficaram com o maior quinhão.

A política colonial britânica foi estabelecida pelo primeiro-ministro Benjamin Disraeli, que negociou, por exemplo, o controle do Canal de Suez, que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho, facilitando a comunicação entre Europa, África e Ásia. Outro passo foi a anexação do Sudão, em 1885.

Alemanha e Itália foram os últimos países europeus a formar colônias na África. Os alemães conquistaram a região da atual República dos Camarões e de Togo, e vários territórios na África Central e Oriental. Já os italianos dominaram o litoral da Líbia, parte da Somália e a Eritreia. Mas acabaram derrotados ao tentar conquistar a Abissínia, atual Etiópia, em 1896.

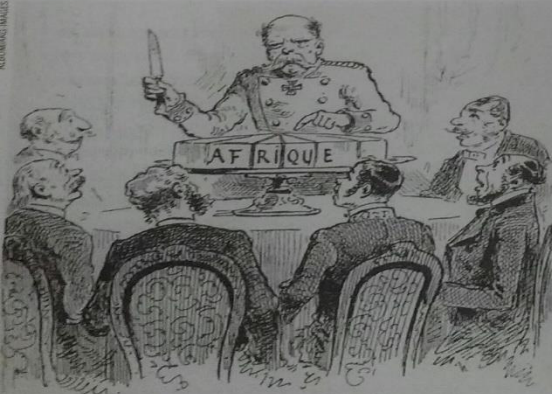
Nessa corrida, o rei belga Leopoldo II estabeleceu controle sobre o território do Congo. No final do século XX, restavam na África apenas a Abissínia e a Libéria como áreas livres do domínio estrangeiro, ou seja, menos de 10% do território total do continente.

Muitos conflitos

A dominação imperialista resultou em vários conflitos. O de maior proporção foi a Guerra dos Bôeres, entre 1899 e 1902, no sul da África. O conflito envolveu ingleses e holandeses, conhecidos como bôeres ou africânderes. Instalados na região havia muito tempo, os holandeses criaram as colônias de Orange e do Transvaal. Os ingleses, por sua vez, estabeleceram-se na área do Cabo e de Natal, conquistadas pelos franceses no início do século XIX.

O confronto entre Inglaterra e Holanda começou com a descoberta de jazidas de ouro e diamantes no Transvaal. Milhares de estrangeiros dirigiram-se para o lugar, entre eles muitos ingleses apoiados pelo governo britânico, que assim procurava minar o domínio dos bôeres. A rivalidade tornou a guerra inevitável. O conflito acabou vencido pelos ingleses, que criaram em 1910 a União Sul-Africana, reunindo os territórios do Cabo, Natal, Orange e Transvaal.

Caricatura francesa que mostra o chanceler alemão Otto von Bismarck dividindo a África como se fosse um bolo na Conferência do Congo em Berlim. *L'illustration*, 1885/1.



14 PARA INICIAR

Figura 09. Partilha da África

A África já é mencionada no início desse material didático, como mostra a imagem acima. Os organizadores colocam a divisão da África e os diversos conflitos que levaram à dominação e partilha do território africano. A imagem traz a charge da África sendo dividida como se fosse um bolo e seus pedaços distribuídos proporcionalmente de acordo com os interesses políticos imperialistas. Ao se fazer uma reflexão sobre a charge, é possível identificar a África como um objeto de propriedade de alguém, que tem um dono e o mesmo faz o que quer com esse objeto. A ideia de inferioridade e dominação é o que pode ser

observado como ponto de partida das reflexões sobre o assunto nesse material didático. A visão passada sobre África aqui, é sob um olhar europeu, onde se sobrepõe a imagem dos poderosos dominantes, que através de conflitos dominam a África e essa passa a ser um objeto do capitalismo burguês.

O capítulo treze tem como tema principal “A Emergência do Terceiro Mundo II”, e traz os sub-tópicos “Independências na África”; “Nos domínios franceses, a luta dos argelinos”; “O Congo supera a colonização belga”; “Afastando-se do poder inglês”; “África do Sul: o apartheid”; “A autonomia das colônias portuguesas”. Observa-se nesse capítulo a colocação da África e de lutas de alguns povos que se destacaram na luta pró-independência.

De início, os organizadores do material didático fazem uma tentativa de explicar o que chama de “muitas Áfricas”, a divisão entre África mediterrânea e África Subsaariana. A idéia de explicar essa divisão é louvável, mas, é colocado de forma solta e resumida, o que impossibilita o entendimento do aluno, a não ser que o professor procure outros materiais didáticos que visem auxiliar na explicação dessa divisão. Este auxílio dificilmente vai ocorrer, pois como se sabe, muitas vezes o livro didático é o único material de auxílio tanto do professor quanto do aluno.

Observa-se ainda nesse capítulo, a presença de povos africanos e suas lutas em favor da independência entre eles Argélia, Congo, Nigéria, Tanzânia, Quênia, Uganda, África do Sul e o apartheid. É explanado suas lutas até a independência, onde os organizadores dão atenção a esse processo importante para os povos africanos. Para finalizar o capítulo, os organizadores fazem um resumo de uma página com toda a trajetória de lutas dos negros desde o período das grandes navegações ao século XXI. Nesse ponto, é necessário enfatizar o excesso de informações em um único texto e que explana sobre a “autonomia das colônias portuguesas”. No mais, a atenção ao elaborar este material didático é percebido quando se tenta colocar fatos importantes que tem como objetivo aguçar a imaginação crítica do aluno que já está prestes a entrar em um outro nível de estudo que é o ensino médio.

O reconhecimento das diversidades do continente africano que contribui para a constituição da brasileiridade se faz necessário, para que se possa percebê-los como parte da nossa cultura e do nosso povo. É preciso estar atento para discernir entre o que vem ser o povo brasileiro e o africano e quais as contribuições desses africanos para a construção da nossa identidade. Nessa perspectiva faz-se necessário o conhecimento da História da África e das relações étnico-raciais no que se refere à educação brasileira, isso com o intuito de mudar a visão que se tem hoje desse continente, que faz com que não nos percebamos pertencente desse povo, esquecendo, assim, a ligação entre a África e o Brasil por mais de três séculos.

Como podemos perceber dentro dos PCN de História para o quarto ciclo, são propostos diversos temas que devem estar no material didático, no tocante a História da África e dos afrodescendentes, visando cumprir o que está previsto na lei 10.639/03, que coloca obrigatório o estudo sobre africanos como forma de entender sua contribuição social e cultural em nosso país.

Dos muitos conteúdos propostos pelos PCN de História para o quarto ciclo, alguns assuntos a serem abordados são “culturas tradicionais dos povos africanos”, “colonialismo e imperialismo na África”, “descolonização das nações africanas”, “Estados Nacionais africanos”, “experiências socialistas na África (Angola, Moçambique etc.)”; “apartheid e África do Sul”, “fome e guerras civis na África”, “guerras entre as nações africanas”, “povos, culturas e nações africanas hoje”. Quando partimos para uma investigação nesses materiais didáticos, é possível perceber a ausência de muitos conteúdos a princípio citados e propostos pelos PCN. Os outros que estão presentes, na maioria das vezes vêm de forma muito resumida, que muitas vezes não provoca uma visão crítica ao aluno.

È importante compreender a cultura africana e afrobrasileira como forma de lutar contra muitos preconceitos racistas presente no cotidiano da sociedade brasileira. A ligação entre Brasil e África constitui como elemento fundamental para entender a história brasileira, sua miscigenação e as pluralidades culturais existentes.

5 CONCLUSÃO

O estudo referente à História da África e dos afrodescendentes se faz presente no livro didático. Isso é notório, mas é importante observar como está a inserção desse conteúdo nesse material didático.

O Brasil é um país miscigenado que adquiriu na sua formação um pouco das culturas de outros continentes; entre eles, está o continente africano, este que por mais de três séculos manteve uma relação umbilical com o Brasil, deixando com isso a importância de se entender e perceber este como parte da construção na nossa nacionalidade.

Estudar e entender a História da África se faz necessário para conseguir desconstruir preconceitos e formas de olhares de inferioridades em relação a estes africanos. Acredita-se que é através da educação e em sala de aula os alunos consigam perceber-se pertencente a este povo e obter uma visão crítica e correta em relação aos africanos e afrodescendentes. Pois sabemos que os alunos possuem um interesse de estudar determinado assunto quando se sente pertencente do mesmo e assim consegue fazer análises críticas que rompem com o olhar passado por ideologias preconceituosas e discriminatórias.

Dentro do material didático analisado apesar de notar-se a presença do conteúdo que contemple os africanos e afrodescendentes, é possível apreender certa confusão no assunto onde se faz uma mistura entre cultura africana e afrodescendentes, o que impossibilita o aluno conseguir compreender satisfatoriamente a temática. Sabe-se também que, para romper barreiras sobre as ideologias preconceituosas, é preciso que o alunado aprenda muito mais que alguns países ou fatos isolados referentes à África. Suponha-se que é preciso fazer uma construção didática privilegiando muitos fatos que não são colocados nos materiais didáticos analisados. Construções essas que vão desde formação do continente africano, culturas, povos, regiões, fatos históricos entre outros acontecimentos que são previstos entre os assuntos no PCN de História a serem abordados dentro do livro didático.

Com as investigações a cerca dos materiais didáticos, observa-se que estas coleções estão muito abaixo do esperado acerca do conhecimento sobre História da África negra, é sempre proposto um olhar sobre afrodescendentes, mas nunca da África negra, de sua cultura de sua importância como berço da civilização. É preciso que esse assunto seja melhor colocado dentro desse material didático, pois pelas observações acerca do mesmo, este não possibilita o aluno entender a África a partir de sua origem e importância. Pois como sabemos a escola é uma instituição que tem como objetivo ensinar ao seu alunado o que vem ser

correto e poder eliminar preconceitos encontrados no cotidiano através do senso comum da sociedade.

O material didático é um importante instrumento nessa transmissão de conhecimento, assim, cabe a ele trazer informações que possibilitem uma aprendizagem correta e que possibilite o aluno usar seu senso crítico, e romper barreiras tais quais as do preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **Historiografia da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009 .

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o Ensino).

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade & cidadania – 8º ano**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012a.

_____. **História: sociedade & cidadania – 9º ano**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africanas**. Brasília: Secad/MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca pedagógica e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII**. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 1999.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro”? revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v.10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 12. ed. São Paulo: Moraes, 2002.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1993.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **Revista da Pesquisa**, ano 5, v. 3, n. 1, jul. 2008. [não paginado].

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP; Uberlândia, MG: Edufu, 2004

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

MARCELINO, Mariane Amboni. **Aditadura militar: e os livros didáticos de História**. Criciúma: [s.n], 2009.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de hoje: um panorama a partir do PNL. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n.48, p.123-144, 2004

MUNAKATA, Kazume. **Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade**. [S.l.:s.n], 1997.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre África: abordagens da história africana nos livros didáticos brasileiros. **Revista da História**, São Paulo, n. 161, p. 213-244, 2009.

OLIVEIRA, Sônia Teresinha Duarte de. **A cultura afro no ensino fundamental: análise da aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais de Porto Alegre, RS**. [S.l.:s.n], 2012.

PONTES, Maria Aparecida. **Integralis História 8º ano** / Maria Aparecida Pontes, Célia Cerqueira, Pedro Santiago – 1. ed São Paulo: IBEP, 2015.

_____, Maria Aparecida. **Integralis História 9º ano** / Maria Aparecida Pontes, Célia Cerqueira, Pedro Santiago – 1. ed São Paulo: IBEP, 2015.

RICHAUDEAU, François. **Conception et production des manuels scolaires: guide pratique**. Paris: Unesco, 1979.

ROJO, Roxane; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Cultura da escrita e livro escolar: propostas para o letramento das camadas populares no Brasil. In: ROJO, Roxane; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p.7-24.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930 – 1973**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEDANA, Léa Maria. A educação em SC nos anos 60. **Esboços**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p.39-47, dez. 1997.